



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Serviços de transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas, mídias de resultados, malotes, cabinas de votação e baterias destinados às seções eleitorais e mesas de justificativas a serem instaladas nos 217 municípios do Estado do Maranhão, por ocasião das Eleições Gerais de 2026, **para execução no primeiro e segundo turnos da Eleição, este último apenas SE HOUVER.**

1.2 Os serviços objeto desta contratação são classificados como comuns, nos termos do 6º, XIII da Lei 14.133/2021.

1.3. Para o desenvolvimento do processo logístico de transporte, o Estado do Maranhão será dividido em 19 (dezenove) lotes, conforme tabela abaixo:

Lote	Designação	Zonas Eleitorais	Qnt. de Rotas de Distribuição	Qnt. de Rotas de Recolhimento	Qnt. de Rotas de Recolhimento de Mídias	Qnt. Total
1	São Luís	1ª, 2ª, 3ª, 10ª, 76ª, 89ª	51	60	83	194
2	Região Municípios Próximos à Capital	18ª, 31ª, 47ª, 93ª, 110ª	108	119	122	349
3	Região dos Lençóis Maranhenses	12ª, 32ª, 40ª, 51, 56ª	74	140	52	266
4	Região de Chapadinha	24ª, 25ª, 42ª, 50ª, 73ª	89	160	58	307
5	Região de Caxias	4ª, 5ª, 6ª, 19ª, 36ª, 81ª	71	81	81	233
6	Região de Codó	7ª, 8ª, 28ª, 68ª, 84ª	80	75	96	251
7	Região de Itapecuru-Mirim	16ª, 20ª, 27ª, 41ª, 109ª	60	96	74	230
8	Região de Pedreiras	9ª, 61ª, 67ª, 74ª, 102ª	86	144	120	350
9	Região de Bacabal	13ª, 35ª, 49ª, 66ª, 87ª	75	79	160	314
10	Região da Santa Inês	43ª, 57ª, 77ª, 78ª, 96ª	65	126	116	307
11	Região de Açailândia	70ª, 71ª, 95ª, 98ª, 104ª	85	147	69	301
12	Região de Grajaú	15ª, 23ª, 46ª, 82ª, 97ª, 99ª	91	111	116	318
13	Região de Imperatriz	33ª, 58ª, 65ª, 92ª, 103ª	49	62	62	173
14	Região de Presidente Dutra	48ª, 54ª, 60ª, 69ª, 79ª, 108ª	74	75	102	251
15	Região de Balsas	11ª, 22ª, 26ª, 34ª, 62ª, 75ª, 105ª	88	102	48	238
16	Região de Colinas	17ª, 21ª, 29ª, 44ª, 53ª, 72ª	61	93	49	203
17	Região de Turiaçu	39ª, 55ª, 64ª, 80ª, 100ª, 101ª	69	119	66	254
18	Região de Pinheiro	14ª, 30ª, 37ª, 83ª,				

		106ª, 107ª	97	111	59	267
19	Região de São Bento	38ª, 45ª, 52ª, 63ª, 86ª, 111ª	65	70	86	221
TOTAIS			1438	1970	1619	5027

1.4 Os contratos terão **vigência até o dia 31 de dezembro de 2026.**

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação ampara-se nos Estudos Técnicos Preliminares (SEI nº 0011218-51.2025.6.27.8000), os quais concluíram pela viabilidade técnica e econômica da solução de execução indireta do transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas, mídias de resultados, malotes, cabinas de votação e baterias;

2.2 A necessidade da contratação decorre da complexa e crítica operação de movimentação dos materiais eleitorais, que inclui as urnas eletrônicas, mídias de resultado, malotes e cabinas de votação. Estes materiais precisam ser transportados de forma segura e eficiente do Cartório Eleitoral para os locais onde funcionarão as mesas receptoras de votos e de justificativas, e, após o pleito, serem recolhidos e devolvidos à origem.

2.3. Desde a introdução da urna eletrônica em 1996, o TRE-MA tem dependido da contratação de empresas especializadas para esta operação devido a fatores estruturais e temporais críticos:

2.3.1 Prazo Exíguo: O processo de logística eleitoral exige a execução de atividades de coleta, distribuição e recolhimento em um prazo extremamente curto, o que demanda uma operação de grande escala e alta coordenação.

2.3.2 Ausência de Capacidade Própria: As 105 Zonas Eleitorais do Estado do Maranhão não possuem a estrutura material (frota, equipamentos adequados) nem o contingente de pessoal suficientes para executar, com segurança e dentro do prazo imposto, uma operação logística desta complexidade e magnitude, que abrange todo o território estadual.

2.3.3 Complexidade e Diferenciação: A operação envolve uma logística complexa e diferenciada, requerendo expertise específica para lidar com a natureza sensível dos materiais eleitorais e as particularidades geográficas e de acesso dos 217 municípios.

2.4 A referida contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão 2021-2026, incluindo-se no Macrodesafio “Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Natureza do objeto

Trata-se de serviços de natureza comum, pois os padrões de desempenho podem ser objetivamente definidos pelo mercado, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Dos requisitos de sustentabilidade socioambiental

3.2.1. A fim de atender aos imperativos inerentes à sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá:

a) Efetuar o manejo correto dos resíduos sólidos gerados a partir da execução do objeto contratual, dando a adequada destinação a pneus, óleos, fluidos, materiais plásticos, borrachas e todo e qualquer resíduo produzido, observadas sempre as recomendações dos fabricantes de produtos e peças automotivas;

b) Manter todas as manutenções preventivas e corretivas dos veículos rigorosamente em dia, conforme especificações dos fabricantes e em consonância com a quilometragem de cada veículo, a fim de diminuir a ocorrência de queima irregular de combustível e consequente emissão de poluentes na atmosfera e no solo, bem como o desgaste prematuro de peças e componentes, ajudando assim a reduzir o passivo ambiental produzido pela execução do objeto contratual, fazendo prova da boa condição dos veículos no momento de sua apresentação e execução dos serviços.

3.2.2. No tocante à sustentabilidade social, deverá a Contratada zelar, por meio da atuação dos seus prepostos, pelo bem-estar dos trabalhadores alocados na execução dos serviços, cuidando especialmente do efetivo uso pelos profissionais dos equipamentos de proteção individual (cintos de segurança, capacetes para motociclistas, calçados e vestimentas adequados ao tipo de atividade, etc.), minimizando a possibilidade de ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

3.3. Características dos bens a serem transportados:

3.3.1 As urnas eletrônicas são bens sensíveis e devem ser manuseadas com o maior cuidado possível, devidamente acondicionadas, assim como as cabinas de votação, mídias de resultados e malotes. Esses objetos têm as seguintes especificações:

	Urna Eletrônica	Mídias de Aplicação, Resultado, Flash Card	Cabina de votação (dobrada)	Malote	Bateria
Valor Unitário (R\$)	R\$ 128,75 (modelo 2013) R\$ 354,91 (modelo 2015) R\$ 3.472,72 (modelo 2020) R\$ 5.204,57 (modelo 2022)	R\$ 60,61	R\$ 3,00	R\$ 22,70	47,89
Peso (Embalada)	10 Kg	15 g	600 g	1,5 Kg	2,5 Kg
Dimensões da Caixa	Modelo 2013, 2015) Altura: 23,5 cm Largura: 53,5 cm Profundidade: 42,5 cm Modelo 2020 e 2022 Altura: 29,5 cm Largura: 42,5 cm Profundidade: 41,5 cm	Altura: 10 mm Largura: 55,5 mm Cumprimento: 99 mm	Altura: 0,50 cm Largura: 80 cm Profundidade: 90cm Volume: 3600 cm3	Largura: 31 cm Cumprimento: 41cm	Altura: 10 cm Largura: 6,5 cm Cumprimento: 15,1cm
Empilhamento máximo	10 caixas	10 unidades	12 unidades	15 unidades	5 unidades

3.3 Da Subcontratação

3.3.1 Não será admitida a subcontratação do objeto, salvo se houver anuência prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, sendo esta relativa apenas a obrigações acessórias, até o limite autorizado, em cada caso, nos termos do art. 122 e parágrafos da Lei 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução a ser contratada consiste na prestação de serviços especializados e integrados de logística e transporte rodoviário de cargas sensíveis, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) durante o planejamento, execução e pós-execução das Eleições Gerais de 2026.

4.1 Objeto da Solução e Abrangência Geográfica

4.1.1 O objetivo central é a contratação, mediante processo licitatório, de uma empresa ou consórcio apto a realizar, com segurança e eficiência, o ciclo completo de movimentação dos materiais eleitorais, abrangendo:

- 217 municípios do Maranhão.
- Todos os locais de votação, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais.

4.1.2 A contratada será remunerada pela execução dos serviços conforme as rotas estipuladas pelo TRE-MA, garantindo o transporte de:

- Urnas Eletrônicas (UEs) e Mídias de Resultado.
- Malotes, cabinas de votação e demais materiais.

4.2 Cronograma de Execução - Para 1º e 2º Turno (se houver)

4.2.1 A solução deve ser capaz de gerenciar uma operação de alta complexidade e capilaridade, sujeita a um cronograma rígido e exíguo focado no final de semana do pleito:

Etapa	Material	Local de Início	Previsão de Início	Previsão de Término
Distribuição (Ida)	Urnas e Materiais	Cartórios Eleitorais	Sábado (Véspera do Pleito)	Sábado, até às 15:00 horas
Distribuição (Capital)	Urnas e	Depósito da	Carregamento Sexta-	Sábado, até às 15:00 horas

	materiais de São Luís	Capital	feira (Semana da Eleição) - das 8:00 às 17:00 horas Distribuição Sábado (Véspera do Pleito)	
Recolhimento (Volta)	Urnas, e demais Materiais	Locais de Votação	Domingo, a partir das 17:00 horas (imediatamente após o encerramento da votação)	Domingo, até às 21:00 horas (no mesmo dia)
Recolhimento (Volta)	Mídias	Locais de Votação	Domingo, a partir das 17:00 horas (imediatamente após o encerramento da votação)	Domingo, até às 20:00 horas (no mesmo dia)

4.2.2 A pontualidade é um fator crítico, visto que o atraso na distribuição compromete o início da votação e o atraso no recolhimento impacta diretamente a totalização dos resultados.

4.3 Estrutura Operacional Exigida

4.3.1 A empresa contratada será responsável por fornecer uma solução que inclua Recursos Humanos, Frota Adequada e Gerenciamento Logístico (roteirização e rastreamento) para lidar com a vasta área de cobertura e a criticidade temporal da operação.

4.3.2 A contratação desta solução visa substituir a capacidade logística interna inexistente nas Zonas Eleitorais do TRE-MA, garantindo que o Tribunal possa focar em suas atividades finalísticas, transferindo para o contratado a responsabilidade pela coleta, distribuição e devolução dos materiais essenciais para a realização exitosa, segura e pontual das Eleições 2026, executando as rotas constantes no Anexo II.

5. METODOLOGIA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Cada chefe de cartório emitirá Ordem de Serviço **detalhando as rotas** de execução.

5.2 Concluídos os serviços, o chefe do cartório terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para atestar sua execução.

5.3 Dos serviços a serem executados

O transporte dos materiais será realizado em três fases, conforme discriminado abaixo, obedecendo aos prazos, condições e obrigações contidas no Termo de Referência. **Contudo, para fins de cotação de preços e pagamentos, deverá ser considerada a execução total dos serviços.** A divisão do processo em FASES serve unicamente para a elucidação dos procedimentos.

5.3.1. Primeira Fase (Distribuição das urnas e demais materiais)

- 5.3.1.1. As urnas e demais materiais deverão ser retirados, já organizados, dos locais de armazenamento da Capital e das sedes de zona eleitoral, colocados nos veículos, transportados e entregues aos responsáveis, nos seus respectivos locais de votação ou de justificativa.
- 5.3.1.2. Os materiais deverão ser coletados nos locais de armazenamento e distribuídos no dia 03 de outubro de 2026 (sábado), até às 15h.
- 5.3.1.3. **Especificamente para o Lote 01 (Município de São Luís), o carregamento das urnas e demais materiais nos veículos da contratada deverá ser feito no dia 02.10.2026 (sexta-feira), no horário das 8h às 17h horas, sob pena de descumprimento do horário de entrega,** haja vista que são aproximadamente 2.200 (duas mil e duzentas) urnas a serem carregadas.
- 5.3.1.4. O responsável pelo roteiro de distribuição deverá contatar o chefe do cartório, a fim de confirmar que a execução do serviço foi finalizada corretamente, relatando quaisquer ocorrências adversas, que porventura tenham acontecido durante a entrega das urnas, nos respectivos locais de votação.
- 5.3.1.5. Em casos excepcionais, **como na hipótese de alteração do calendário eleitoral ou por motivo de segurança,** poderá haver a distribuição em datas e horários diferentes dos acima informados, **com prévia comunicação das empresas contratadas,** sem que haja alteração dos preços contratados.

5.3.2. Segunda Fase (Recolhimento das urnas e demais materiais)

5.3.2.1. Ao final do período de votação, deverá ser feito o procedimento inverso.

5.3.2.2. O recolhimento das urnas e demais materiais dos locais de votação e a devolução aos locais de armazenamento deverão ocorrer no dia 04 de outubro de 2026 (domingo). O processo iniciará com o encerramento da votação e deverá estar concluído até às 21h, salvo nos casos em que houver atrasos justificados e atestados pela Zona Eleitoral ou em casos fortuitos ou força maior, tais como, atraso no encerramento dos trabalhos na seção eleitoral.

5.3.2.3. O veículo da contratada deverá estar no local que iniciará o recolhimento no máximo até às 16h30min e o recolhimento das urnas e dos materiais dos locais de votação deverá acontecer a partir das 17h, salvo nos casos em que houver atraso justificado e atestado pela Zona Eleitoral.

5.3.3. Terceira Fase (Recolhimento das mídias)

5.3.3.1. Visando a celeridade na transmissão dos resultados, a maior parte das Zonas Eleitorais recolhe as mídias de resultado primeiro do que as urnas e demais materiais que são utilizados nas seções eleitorais.

5.3.3.2. As rotas de recolhimento de mídias são realizadas com motocicletas.

5.3.3.3. O veículo da contratada deverá estar no local que iniciará o recolhimento das mídias no máximo até as 16h30min e o recolhimento nos locais de votação deverá ocorrer a partir das 17h e deverá estar concluído até às 20h, salvo nos casos em que houver atraso justificado e atestado pela Zona Eleitoral.

5.4 Roteiros

5.4.1. A Contratada deverá executar os roteiros de distribuição e recolhimento, conforme consta no Anexo II do Termo de Referência, vedado o agrupamento de rotas e a utilização de um veículo para executar mais de uma rota.

5.4.2. O controle, nos locais de votação, do material entregue e recolhido será realizado através dos recibos de entrega e de recolhimento. Todos os campos constantes no referido recibo deverão ser preenchidos e obrigatoriamente assinados pelos seus respectivos responsáveis, a fim de garantir a análise dos dados pela própria Zona Eleitoral.

5.4.3. Em alguns municípios que não são sede de Zona Eleitoral (municípios-termo), as urnas serão recolhidas para os locais de transmissão de votos (Juntas Especiais) e, depois, para os Cartórios ou depósito de urnas eletrônicas. Em todos os casos, haverá a prévia comunicação à Contratada, com o envio da relação das Juntas Especiais, com a devida antecedência. Os locais de transmissão acima mencionados ou Juntas Especiais ficam localizados dentro da circunscrição da Zona Eleitoral, razão pela qual não há justificativa para acréscimos aos preços contratados.

5.4.4. Os roteiros poderão sofrer alterações, inclusive com o remanejamento de rotas de uma Zona Eleitoral para outra, pertencentes ao mesmo lote, desde que não inviabilize o cumprimento da metodologia prevista no subitem 5.3 e desde **que não haja a necessidade de aumento do quantitativo dos veículos contratados**, razão pela qual não há justificativa para acréscimos aos preços contratados.

5.5 Veículos

5.5.1. As urnas e demais materiais deverão ser transportados em veículos fechados, de forma a evitar que sejam danificados por chuvas ou outros eventos.

5.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar às zonas eleitorais e à Gestão do Contrato do TRE-MA, até o dia 18/09/2026, a listagem contendo especificação de modelo, placa e ano de fabricação dos veículos que serão utilizados para o transporte, bem como o nome dos transportadores com os telefones de contato e entregar declaração de vistoria dos veículos atestando que se encontram em plenas condições para transporte das urnas e demais materiais.

5.5.3. A contratada estará vinculada à execução dos serviços com os veículos constantes da listagem apresentada à zona eleitoral.

5.5.4. Em caso de sinistro ou qualquer outro motivo de indisponibilidade de veículo alocado nos serviços, deverá a contratada promover sua substituição, podendo, em situações excepcionais e de urgência, devidamente avaliadas pelo Chefe do Cartório ou Juiz Eleitoral, admitir-se veículo diverso daquele constante da listagem apresentada à zona eleitoral.

5.5.5. Os veículos devem estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento, com equipamentos de segurança e itens obrigatórios de série, bem como de ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos, salvo por autorização do Gestor/Fiscal do Contrato.

5.5.6. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a vistoria prévia dos veículos que serão apresentados, relativamente à limpeza e às boas condições dos pneus, incluindo o estepe, e à sua adequação às características exigidas.

5.5.7. Os veículos alocados na execução dos serviços não poderão conter, sob hipótese alguma, qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a partido ou coligação, quer em nível municipal, estadual ou federal.

5.5.8. O juízo eleitoral poderá solicitar vistoria dos veículos que deverá ser realizada na sede do cartório, no período de 28/09/2026 a 02/10/2026, ou em outro local dentro da circunscrição da zona ou em outra data, previamente agendado com o

encarregado da Contratada.

5.5.9. A contratada deverá elaborar e apresentar aos Cartórios Eleitorais um plano para a imediata substituição de veículo que vier a apresentar algum problema durante a realização da distribuição ou recolhimento das urnas e demais materiais, **de modo a garantir o cumprimento da obrigação contratual nas datas e horários definidos, sob pena de sofrer a aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento da contratação.**

5.6 Emprego de Transporte Fluvial.

5.6.1 Os locais de votação cujo acesso seja, exclusivamente, através de barco, não serão objeto da contratação.

5.6.2 A logística de distribuição e recolhimento das urnas nesses locais será efetuada pelo TRE-MA, inclusive a contratação e pagamento dos barcos necessários.

5.7 Pessoal

5.7.1 **Para cada Lote** deverá ser designado formalmente 1(um) preposto da empresa para representá-la na execução do contrato com o TRE-MA, com, no mínimo, 2 (dois) telefones celulares de operadoras diferentes e autonomia gerencial, **no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.** Após a nomeação, o preposto poderá ser convocado para se fazer presente em reuniões realizadas pela Comissão Gestora do Contrato. Durante o período de distribuição e recolhimento das urnas e demais materiais, deverá estar na Sede do TRE-MA (Central de Totalização). A empresa que for responsável por mais de um lote poderá indicar apenas um representante.

5.7.2 **Para cada Zona Eleitoral do Estado**, deverá ser designado formalmente 1 (um) encarregado com, no mínimo, 2 (dois) telefones celulares de operadoras diferentes, com autonomia gerencial, **no prazo de até 30 (trinta) dias antes da realização das eleições.**

5.7.3 O encarregado não poderá acumular sua função com a de motorista ou auxiliar de motorista.

5.7.4 Não poderão ser encarregados ou colaboradores para desenvolver as atividades desta contratação os candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive o cônjuge e os membros de partido político que exerçam função executiva, nos termos do Art. 18 da Resolução nº 23.611/2019-TSE.

5.7.5 Nos municípios com mais de uma zona eleitoral, o mesmo encarregado poderá atender a mais de uma zona.

5.7.6 O representante da CONTRATADA em cada município-sede de zona eleitoral deverá comparecer à reunião agendada pelo respectivo juízo - ou representante por ele designado -, até os dias 04 de setembro de 2026 (30 dias antes do 1º turno) e 15 de outubro do mesmo ano (dez dias antes do 2º turno, se houver), para definição de questões administrativas.

5.7.7 Até o início da coleta e distribuição das urnas e demais materiais, a presença do encarregado na sede da zona eleitoral não será necessária; porém, ele deverá estar à disposição do respectivo juízo para contato, por telefone próprio ou da contratada, para qualquer esclarecimento.

5.7.8 Trinta minutos antes do horário designado pela Zona Eleitoral para o início da coleta e distribuição até a confirmação da entrega de todos os materiais nos locais de votação, o encarregado deverá estar presente no Cartório Eleitoral ou no local designado pelo juízo específico.

5.7.9 Das 14h da data do pleito até a confirmação do recolhimento de todas as urnas e demais materiais de eleição, o encarregado deverá estar presente no Cartório Eleitoral ou no local designado pelo juízo específico.

5.7.10 A Zona Eleitoral poderá optar por acompanhar a entrega das urnas, principalmente nas localidades rurais, valendo-se da oportunidade para realizar o teste de funcionamento nas respectivas urnas. O acompanhamento por servidor da zona eleitoral poderá ocorrer paralelamente à atividade de entrega, em carro providenciado pelo cartório para esse fim, ou no veículo da CONTRATADA, caso não onere as partes e tampouco cause atrasos à estimativa prevista para o término do cumprimento do roteiro.

5.7.11 Na hipótese de acompanhamento de servidor do cartório, no mesmo veículo da contratada, a função daquele ficará restrita à fiscalização e conferência da entrega dos materiais ou eventual e necessário teste das urnas para verificar se não houve avaria no transporte.

5.7.12 É vedado o transporte de pessoa estranha aos trabalhos da Justiça Eleitoral ou alheia ao objeto desta contratação, durante a execução do serviço, nos veículos reservados à movimentação dos materiais.

5.8. Segundo turno das eleições, SE HOUVER:

5.8.1. **Caso haja o segundo turno das Eleições**, deverá ser observado o disposto nos itens acima, salvo quanto às datas, considerando que, neste caso, as Eleições realizar-se-ão no dia 25.10.2026, assim, o transporte dar-se-á no dia 24.10.2026 (sábado) e o recolhimento ocorrerá no dia 25.10.2026 (domingo).

5.8.2. Especificamente para o Lote 01 (Município de São Luís), o carregamento das urnas e demais materiais nos veículos da contratada deverá ser feito no dia 23.10.2026 (sexta-feira), no horário das 08h às 17h, sob pena de descumprimento do horário de entrega, haja vista que são aproximadamente 2.200 (duas mil e duzentas) urnas a serem carregadas.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 DA CONTRATADA:

6.1.1 Caberá à CONTRATADA retirar as urnas e demais materiais dos locais de armazenamento, colocá-los nos veículos, transportá-los e entregá-los ao responsável de cada local de votação.

6.1.2 Executar os roteiros na ordem prevista, observando as estimativas de tempo para distribuição e entrega das urnas nos locais de votação.

6.1.3 Cumprir rigorosamente as rotas e os horários acertados com os juízes eleitorais para o início das atividades tanto de coleta e distribuição quanto de recolhimento e devolução.

6.1.4 Após o encerramento da votação, a partir das 17h, deverá recolher as urnas e materiais, devidamente acondicionados, colocá-los no veículo e fazer o transporte até o local de armazenamento, onde deverão ser guardados em ordem, conforme orientação do cartório eleitoral.

6.1.5 Os veículos e colaboradores da contratada, responsáveis pela coleta e devolução das urnas, deverão estar devidamente identificados, conforme designação formal: os veículos, com adesivo ou cartaz; os colaboradores, com crachá.

6.1.6 Os veículos e o pessoal envolvido não poderão circular ou realizar atividade com identificação ou indumentária "A Serviço da Justiça Eleitoral" fora dos horários de prestação do serviço previsto no Plano de Distribuição e Recolhimento.

6.1.7 Adotar as cautelas necessárias para o manuseio e transporte das urnas, observando as orientações da Justiça Eleitoral.

6.1.8 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.9 Zelar para que seus funcionários mantenham a urbanidade no tratamento com as pessoas e tenham o devido cuidado com o manuseio do material.

6.1.10 Abster-se de alocar, na execução dos serviços, colaboradores que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE, bem como de familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança neste Tribunal, nos termos do Art. 7º da Resolução TSE n.º 23.234/2010 c/c Art. 7º do Decreto n.º 7.203/2010 e art. 3º da Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Justiça.

6.1.11 Responsabilizar-se por eventual ocorrência de avaria ou extravio de urna(s) eletrônica(s) durante as etapas de coleta, transporte, distribuição ou devolução.

6.1.12. A contratada estará vinculada à execução dos serviços com os motoristas constantes da listagem apresentada à zona eleitoral.

6.1.13 Eventuais alterações do(s) motorista(s) deverá ser comunicado imediatamente ao Chefe de Cartório pelo encarregado, por escrito e de forma pessoal, a fim de que a informação seja repassada ao responsável pelo local de votação.

6.1.14 Obter todo tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores (guias e demais documentos necessários) para perfeita execução do transporte.

6.1.15. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TRE-MA, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018), bem como da Resolução CD/ANPD nº 2/2022.

6.1.16. Garantir que seja observada, pelos colaboradores em geral, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conforme Portaria nº 13/2026 - TRE/MA.

6.2 DA CONTRATANTE:

6.2.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, bem como atestar na Nota Fiscal, a efetiva prestação dos serviços;

6.2.2 Proporcionar todas as condições e informações necessárias à perfeita execução do objeto licitado, inclusive informações das rotas a serem executadas;

6.2.3 Comunicar formalmente à Contratada qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto licitado;

6.2.4 Efetuar os pagamentos à Contratada no prazo e condições estabelecidas, após o devido atesto da nota fiscal.

6.2.5 Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

6.2.6 Isentar-se de responsabilidade por obrigações assumidas pela Contratada perante terceiros, ainda que relacionadas à execução do objeto, bem como por danos causados a terceiros por atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 A Gestão do Contrato será exercida por servidores nomeados em Portaria da Presidência do TRE-MA, que comporão a Comissão Gestora do Contrato.

7.2 A fiscalização setorial do serviço será exercida pelos Chefes de Cartórios Eleitorais.

7.3 Caberá à Comissão Gestora do Contrato:

a) Cumprir e fazer cumprir a contratação;

- b) Reportar-se à administração superior da contratada ou diretamente ao seu Preposto, para tratar de assuntos relacionados à gestão do contrato;
- c) Comunicar à Secretaria de Administração do TRE-MA o descumprimento de cláusula contratual e instaurar procedimento administrativo para apuração de irregularidade, quando devidamente autorizado;
- 7.4 Caberá aos Fiscais do Contrato:
- a) Zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais e pelos acordos de serviço estabelecidos no âmbito do juízo eleitoral e junto ao Gestor do Contrato.
- b) Informar, a qualquer tempo, por escrito ou por qualquer sistemática de comunicação institucional, as irregularidades detectadas durante a prestação do serviço no âmbito de sua zona eleitoral.
- c) Confirmar, no prazo determinado pelo Gestor do Contrato, a prestação do serviço em 1º turno e 2º turno, se houver, por meio de Atestado de Recebimento dos Serviços, confirmando o adimplemento da obrigação.
- 7.5 As zonas eleitorais da capital e do interior do Estado terão autonomia para fiscalizar os serviços da CONTRATADA em todas as fases do processo, no âmbito de sua jurisdição.
- 7.6 Eventuais reclamações quanto aos serviços prestados pela CONTRATADA serão inicialmente repassadas pelo chefe do cartório ao representante local desta. Não solucionados os problemas, a Comissão Gestora do Contrato contatará a Administração da CONTRATADA buscando a imediata solução das questões apresentadas.
- 7.7 A CONTRATADA deverá dar imediato atendimento às reclamações e/ou observações feitas pelo CONTRATANTE, refazendo e retificando, às suas expensas, os serviços que não apresentarem resultados satisfatórios, de modo a não comprometer o cumprimento do objeto contratual deste termo de referência.
- 7.8 Na eventual ocorrência de avaria ou extravio de urna(s) eletrônica(s) durante as etapas de coleta, transporte, distribuição ou devolução, a CONTRATADA será responsável pelo ressarcimento do(s) dano(s) causado(s) nas condições adiante estipuladas.
- 7.9 As comunicações entre a Contratada e o Tribunal serão mantidas por intermédio do servidor ou da equipe responsável pela Gestão e Fiscalização junto ao preposto da Contratada, ocorrendo prioritariamente por e-mail ou outro meio idôneo para fins de registro;
- 7.10 Considerar-se-ão realizadas as notificações e comunicações, bem como iniciados os prazos para resposta ou execução, no primeiro dia útil subsequente ao envio da mensagem eletrônica, independentemente de confirmação de leitura, desde que o envio tenha ocorrido dentro do horário de expediente da Contratante;
- 7.11 Eventual alteração nos endereços eletrônicos da Contratada deverá ser comunicada formalmente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de serem consideradas válidas as notificações enviadas aos endereços anteriormente cadastrados.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1 Após a prestação do serviço, a Contratada encaminhará aos membros da Comissão Gestora a nota fiscal correspondente aos serviços prestados, por lote, à qual serão juntados os atestados dos fiscais setoriais do contrato (Chefes de Cartório locais) para fins de liquidação da despesa.
- 8.2. O pagamento será efetuado mediante Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, o qual será formalizado através do atesto da respectiva Nota Fiscal, sendo que esta deverá estar com todos os seus campos devidamente preenchidos. **Deverá ser emitida uma Nota Fiscal por turno de eleição.**
- 8.3 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste termo de referência.
- 8.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 8.3.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.3.3. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, sem prejuízo da aplicação de penalidade.
- 8.3.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.3.5. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 8.3.6. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.4 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 8.5 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 8.5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N =

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Modalidade de Licitação e Adjudicação do Objeto

9.1.1 Por se tratar de objeto comum, a licitação deverá ser realizada mediante Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, XLI da Lei n. 14.133/2021.

9.1.2 No julgamento das propostas será adotado os critérios do **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas todas as exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

9.1.3 Os valores ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes ao fornecimento dos bens, não sendo aceitos preços acima dos valores de referência estimados neste instrumento

9.2 Das propostas

9.2.1 As propostas serão apresentadas por lote, abrangendo todas as suas respectivas Zonas Eleitorais, com valores expressos conforme o Anexo VII.

9.2.2 Levantamento dos custos de execução dos serviços:

9.2.2.1 A(s) empresa(s) interessada(s) deverá(ão) realizar o levantamento de seus respectivos custos, os quais comporão suas respectivas propostas, com base nas informações prestadas neste Termo de Referência.

9.2.2.2 A(s) sociedade(s) empresária(s) contará(ão) com os seguintes dados para subsidiar a estimativa dos valores de sua mobilização:

a) Especificação Técnica, peso unitário aproximado e valor unitário em reais (R\$) dos materiais a serem transportados, apresentados no tópico 3 deste Termo de Referência.

b) Rotas a serem executadas, com especificações dos veículos, locais de votação, tipo de estradas, quilometragem estimada e tempo estimado para realização das rotas, as quais são informadas no Anexo II.

9.3 Exigências de qualificação

9.3.1 Para demonstração da **Qualificação Econômico-Financeira**:

9.3.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.3.1.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.3.1.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

9.3.1.3 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um), em qualquer dos índices referidos acima, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

9.3.1.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.3.1.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

9.3.1.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.3.2 Para demonstração da **Qualificação Técnico-Operacional**:

a) A empresa deverá apresentar atestado (ou declaração) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre aptidão da licitante na execução de atividades compatíveis com o objeto desta contratação.

b) A comprovação da capacidade técnica solicitada acima deverá contemplar a entrega em, no máximo, 3 (três) dias, de um

quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo total de locais previsto, com endereços distintos, conforme tabela abaixo:

TABELA 3		
	QUANTIDADE DE LOCAIS DO LOTE	QUANTIDADE DE LOCAIS QUE REPRESENTAM 30% DO LOTE
LOTE 01	266	80
LOTE 02	399	120
LOTE 03	459	138
LOTE 04	386	116
LOTE 05	296	89
LOTE 06	254	77
LOTE 07	276	83
LOTE 08	318	96
LOTE 09	312	94
LOTE 10	355	107
LOTE 11	344	104
LOTE 12	356	107
LOTE 13	216	65
LOTE 14	303	91
LOTE 15	232	70
LOTE 16	211	64
LOTE 17	301	91
LOTE 18	369	111
LOTE 19	295	89

- b.1) A comprovação acima visa garantir que a empresa possua experiência suficiente para gerir a frota necessária ao alcance do objeto e reduzir ao máximo a possibilidade de insucesso na execução da contratação.
- b.2) Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, ou no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB.
- c) Declaração formal que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- d) Será exigido da(s) empresa(s) vencedora(s), no momento da habilitação, a **Comprovação de Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - RNTRC**, conforme a Resolução nº 4.799, de 27 de julho de 2015, da Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1 O valor total estimado para este Pregão Eletrônico é de **R\$ 6.388.657,12 (seis milhões trezentos e oitenta e oito mil seiscentos e cinquenta e sete reais e doze centavos)**.
- 10.2 Custo previsto para o 1º turno: **R\$ 3.194.328,56 (três milhões cento e noventa e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos)**.
- 10.3 Custo previsto para o 2º turno: **R\$ 3.194.328,56 (três milhões cento e noventa e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos)**.

CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO								
LOTE 01 - SÃO LUIS								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º turno	Valor 2º turno	Valor Total
1	SÃO LUIS	6	9	14	29	R\$ 27.112,49	R\$ 27.112,49	R\$ 289.076,10
2	SÃO LUIS	9	10	9	28	R\$ 24.445,75	R\$ 24.445,75	
3	SÃO LUIS	7	8	13	28	R\$ 18.659,95	R\$ 18.659,95	
10	SÃO LUIS	13	14	14	41	R\$ 27.341,46	R\$ 27.341,46	
76	SÃO LUIS	9	9	18	36	R\$ 26.609,59	R\$ 26.609,59	
89	SÃO LUIS	7	10	15	32	R\$ 20.368,81	R\$ 20.368,81	R\$ 289.076,10
	Total do Lote	51	60	83	194	R\$ 144.538,05	R\$ 144.538,05	

LOTE 02 - MUNICÍPIOS PRÓXIMOS À CAPITAL

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
18	BACABEIRA	31	30	30	91	R\$ 52.698,41	R\$ 52.698,41	R\$ 392.918,34
	ROSÁRIO							
	SANTA RITA							
31	AXIXÁ	26	26	30	82	R\$ 45.263,53	R\$ 45.263,53	
	ICATU							
47	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	12	12	22	46	R\$ 25.992,74	R\$ 25.992,74	
93	PAÇO DO LUMIAR	12	18	0	30	R\$ 28.879,20	R\$ 28.879,20	
	RAPOSA							
110	CACHOEIRA GRANDE	27	33	40	100	R\$ 43.625,29	R\$ 43.625,29	
	MORROS							
	PRESIDENTE JUSCELINO							
	Total do Lote	108	119	122	349	R\$ 196.459,17	R\$ 196.459,17	

LOTE 03 - REGIÃO DOS LENÇÓIS MARANHENSES

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º turno	Valor 2º turno	Valor Total
12	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	8	15	17	40	R\$ 27.405,78	R\$ 27.405,78	R\$ 380.431,16
	ARAIOSES							
32	HUMBERTO DE CAMPOS	21	58	16	95	R\$ 62.727,74	R\$ 62.727,74	
	PRIMEIRA CRUZ							
	SANTO AMARO DO MARANHÃO							
40	PAULINO NEVES	12	27	0	39	R\$ 31.341,04	R\$ 31.341,04	
	TUTÓIA							
51	MAGALHÃES DE ALMEIDA	12	19	16	47	R\$ 30.386,16	R\$ 30.386,16	
	SANTANA DO MARANHÃO							
	SÃO BERNARDO							
56	BARREIRINHAS	21	21	3	45	R\$ 38.354,86	R\$ 38.354,86	
	Total do Lote	74	140	52	266	R\$ 190.215,58	R\$ 190.215,58	

LOTE 04 - REGIÃO DE CHAPADINHA

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
24	ANAPURUS	20	45	24	89	R\$ 55.485,49	R\$ 55.485,49	R\$ 355.111,36
	BREJO							
	MILAGRES DO MARANHÃO							
	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO							
25	BURITI	14	18	16	48	R\$ 23.696,27	R\$ 23.696,27	
42	CHAPADINHA	8	49	0	57	R\$ 31.048,06	R\$ 31.048,06	
	MATA ROMA							
50	NINA RODRIGUES	28	28	18	74	R\$ 35.698,14	R\$ 35.698,14	
	PRESIDENTE VARGAS							
	VARGEM GRANDE							
73	BELÁGUA	19	20	0	39	R\$ 31.627,72	R\$ 31.627,72	
	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO							
	URBANO SANTOS							
	Total do Lote	89	160	58	307	R\$ 177.555,68	R\$ 177.555,68	

LOTE 05 - REGIÃO DE CAXIAS

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º turno	Valor 2º turno	Valor Total
4	CAXIAS	28	28	33	89	R\$ 49.113,40	R\$ 49.113,40	R\$ 292.533,66
5	ALDEIAS ALTAS	6	6	6	18	R\$ 13.997,93	R\$ 13.997,93	
6	SÃO JOÃO DO SOTER SENADOR ALEXANDRE COSTA	9	9	0	18	R\$ 15.623,63	R\$ 15.623,63	
19	TIMON	13	20	23	56	R\$ 32.557,80	R\$ 32.557,80	
36	PARNARAMA	8	11	11	30	R\$ 19.675,60	R\$ 19.675,60	
81	MATÕES	7	7	8	22	R\$ 15.298,47	R\$ 15.298,47	
	Total do Lote	71	81	81	233	R\$ 146.266,83	R\$ 146.266,83	

LOTE 06 - REGIÃO DE CODÓ								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
7	CODÓ TIMBIRAS	32	33	26	91	R\$ 51.891,94	R\$ 51.891,94	R\$ 297.872,24
8	COROATÁ PERITORÓ	11	12	17	40	R\$ 24.307,97	R\$ 24.307,97	
28	AFONSO CUNHA COELHO NETO DUQUE BACELAR	19	13	9	41	R\$ 29.778,19	R\$ 29.778,19	
68	CANTANHEDE MATÕES DO NORTE PIRAPEMAS	8	8	20	36	R\$ 20.887,59	R\$ 20.887,59	
84	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	10	9	24	43	R\$ 22.070,43	R\$ 22.070,43	
	Total do Lote	80	75	96	251	R\$ 148.936,12	R\$ 148.936,12	

LOTE 07 - REGIÃO DE ITAPECURU-MIRIM								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
16	ITAPECURU MIRIM	6	19	25	50	R\$ 31.173,35	R\$ 31.173,35	R\$ 290.117,74
20	CAJARI VIANA	16	31	0	47	R\$ 34.958,91	R\$ 34.958,91	
27	ARARI	11	14	17	42	R\$ 22.342,96	R\$ 22.342,96	
41	VITÓRIA DO MEARIM	10	10	32	52	R\$ 28.022,07	R\$ 28.022,07	
109	ANAJATUBA MIRANDA DO NORTE	17	22	0	39	R\$ 28.561,58	R\$ 28.561,58	
	Total do Lote	60	96	74	230	R\$ 145.058,87	R\$ 145.058,87	

LOTE 08 - REGIÃO PEDREIRAS								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
9	PEDREIRAS TRIZIDELA DO VALE	12	14	17	43	R\$ 21.960,98	R\$ 21.960,98	R\$ 348.234,70
61	ESPERANTINÓPOLIS POÇÃO DE PEDRAS SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA SÃO ROBERTO	13	48	20	81	R\$ 43.297,10	R\$ 43.297,10	
67	BERNARDO DO MEARIM IGARAPÉ GRANDE LIMA CAMPOS	6	20	21	47	R\$ 22.950,56	R\$ 22.950,56	
74	LAGO DA PEDRA LAGO DO JUNCO LAGO DOS RODRIGUES LAGOA GRANDE	42	40	53	135	R\$ 57.994,04	R\$ 57.994,04	
102	MARAJÁ DO SENA PAULO RAMOS	13	22	9	44	R\$ 27.914,67	R\$ 27.914,67	

	Total do Lote	86	144	120	350	R\$ 174.117,35	R\$ 174.117,35	
LOTE 09 - REGIÃO DE BACABAL								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
13	BACABAL	25	25	31	81	R\$ 45.043,19	R\$ 45.043,19	R\$ 341.971,90
35	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	8	7	8	23	R\$ 17.529,75	R\$ 17.529,75	
	SÃO LUÍZ GONZAGA DO MARANHÃO							
49	ALTAMIRA DO MARANHÃO	10	10	49	69	R\$ 33.434,79	R\$ 33.434,79	
	BREJO DE AREIA							
	VITORINO FREIRE							
66	BOM LUGAR	22	22	43	87	R\$ 44.155,66	R\$ 44.155,66	
	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU							
	LAGO VERDE							
87	OLHO DÁGUA DAS CUNHÃS	10	15	29	54	R\$ 30.822,56	R\$ 30.822,56	
	PIO XII							
	SATUBINHA							
	Total do Lote	75	79	160	314	R\$ 170.985,95	R\$ 170.985,95	

LOTE 10 - REGIÃO DE SANTA INÊS								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
43	MONÇÃO	17	17	17	51	R\$ 30.794,86	R\$ 30.794,86	R\$ 331.818,22
	PINDARÉ-MIRIM							
57	SANTA INÊS	12	12	12	36	R\$ 23.894,89	R\$ 23.894,89	
77	BELA VISTA DO MARANHÃO	8	37	0	45	R\$ 26.316,43	R\$ 26.316,43	
	IGARAPÉ DO MEIO							
	TUFILÂNDIA							
78	BOM JARDIM	18	15	82	115	R\$ 51.340,35	R\$ 51.340,35	
	SÃO JOÃO DO CARÚ							
96	ARAGUANÃ	10	45	5	60	R\$ 33.562,58	R\$ 33.562,58	
	GOVERNADOR NEWTON BELLO							
	ZÉ DOCA							
	Total do Lote	65	126	116	307	R\$ 165.909,11	R\$ 165.909,11	

LOTE 11 - REGIÃO DE AÇAILÂNDIA								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
70	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	31	72	8	111	R\$ 53.026,00	R\$ 53.026,00	R\$ 361.077,42
	SANTA LUZIA							
71	AÇAILÂNDIA	12	16	29	57	R\$ 32.149,52	R\$ 32.149,52	
95	BOM JESUS DAS SELVAS	22	24	8	54	R\$ 44.201,07	R\$ 44.201,07	
	BURITICUPU							
98	CIDELÂNDIA	12	27	16	55	R\$ 31.016,84	R\$ 31.016,84	
	ITINGA DO MARANHÃO							
	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO							
104	ARAME	8	8	8	24	R\$ 20.145,28	R\$ 20.145,28	
	Total do Lote	85	147	69	301	R\$ 180.538,71	R\$ 180.538,71	

LOTE 12 - REGIÃO DE GRAJAÚ								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total

15	GRAJAÚ	22	22	24	68	R\$ 48.331,30	R\$ 48.331,30	R\$ 413.145,86
	ITAIPAVA DO GRAJAÚ							
23	BARRA DO CORDA	24	30	16	70	R\$ 46.610,42	R\$ 46.610,42	
46	CAMPESTRE DO MARANHÃO	15	15	26	56	R\$ 30.442,12	R\$ 30.442,12	
	LAJEADO NOVO							
	PORTO FRANCO							
	SÃO JOÃO DO PARAÍSO							
82	ESTREITO	7	8	6	21	R\$ 18.568,69	R\$ 18.568,69	
	SÃO PEDRO DOS CRENTES							
97	FERNANDO FALCÃO	6	19	16	41	R\$ 25.385,33	R\$ 25.385,33	
	JENIPAPO DOS VIEIRAS							
99	AMARANTE DO MARANHÃO	17	17	28	62	R\$ 37.235,07	R\$ 37.235,07	
	SÍTIO NOVO							
	Total do Lote	91	111	116	318	R\$ 206.572,93	R\$ 206.572,93	

LOTE 13 - REGIÃO DE IMPERATRIZ

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
33	IMPERATRIZ	11	11	11	33	R\$ 29.184,64	R\$ 29.184,64	R\$ 276.173,64
58	BURITIRANA	13	20	0	33	R\$ 31.263,19	R\$ 31.263,19	
	JOÃO LISBOA							
	SENADOR LA ROCQUE							
65	DAVINÓPOLIS	14	14	31	59	R\$ 34.605,51	R\$ 34.605,51	
	IMPERATRIZ							
92	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	3	9	13	25	R\$ 21.599,69	R\$ 21.599,69	
	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS							
103	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	8	8	7	23	R\$ 21.433,79	R\$ 21.433,79	
	MONTES ALTOS							
	RIBAMAR FIQUENE							
	Total do Lote	49	62	62	173	R\$ 138.086,82	R\$ 138.086,82	

LOTE 14 - REGIÃO DE PRESIDENTE DUTRA

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Médias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
48	DOM PEDRO	7	7	5	19	R\$ 18.698,70	R\$ 18.698,70	R\$ 324.635,92
	GOVERNADOR ARCHER							
54	JOSELÂNDIA	22	22	35	79	R\$ 42.004,98	R\$ 42.004,98	
	PRESIDENTE DUTRA							
	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS							
60	FORTUNA	23	23	23	69	R\$ 35.830,05	R\$ 35.830,05	
	GOVERNADOR LUIZ ROCHA							
	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO							
69	CAPINZAL DO NORTE	8	8	15	31	R\$ 23.237,41	R\$ 23.237,41	
	SANTO ANTÔNIO DOS LOPES							
79	SANTA FILOMENA DO MARANHÃO	8	8	13	29	R\$ 24.496,58	R\$ 24.496,58	
	TUNTUM							
108	GONÇALVES DIAS	6	7	11	24	R\$ 18.050,24	R\$ 18.050,24	
	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS							
	GRAÇA ARANHA							
	Total do Lote	74	75	102	251	R\$ 162.317,96	R\$ 162.317,96	

LOTE 15 - REGIÃO DE BALSAS

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
11	ALTO PARNAÍBA TASSO FRAGOSO	14	14	10	38	R\$ 31.445,10	R\$ 31.445,10	R\$ 399.374,14
22	BALSAS	16	16	16	48	R\$ 34.526,34	R\$ 34.526,34	
26	CAROLINA	14	14	4	32	R\$ 27.464,04	R\$ 27.464,04	
34	SAMBAÍBA SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	6	8	7	21	R\$ 18.549,24	R\$ 18.549,24	
62	LORETO SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO SÃO FÉLIX DE BALSAS	9	12	7	28	R\$ 23.696,33	R\$ 23.696,33	
75	FEIRA NOVA DO MARANHÃO RIACHÃO	8	12	4	24	R\$ 23.335,58	R\$ 23.335,58	
105	FORMOSA DA SERRA NEGRA FORTALEZA DOS NOGUEIRAS NOVA COLINAS	21	26	0	47	R\$ 40.670,44	R\$ 40.670,44	
	Total do Lote	88	102	48	238	R\$ 199.687,07	R\$ 199.687,07	

LOTE 16 - REGIÃO COLINAS								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
17	BENEDITO LEITE NOVA IORQUE PASTOS BONS	9	11	30	50	R\$ 26.786,97	R\$ 26.786,97	R\$ 315.591,46
21	BARÃO DE GRAJAÚ SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	11	31	0	42	R\$ 33.206,67	R\$ 33.206,67	
29	COLINAS JATOBÁ	6	9	4	19	R\$ 19.045,76	R\$ 19.045,76	
44	BURITI BRAVO LAGOA DO MATO PASSAGEM FRANCA	11	13	15	39	R\$ 28.519,06	R\$ 28.519,06	
53	PARAIBANO SÃO JOÃO DOS PATOS SUCUPIRA DO RIACHÃO	14	14	0	28	R\$ 27.411,90	R\$ 27.411,90	
72	MIRADOR SUCUPIRA DO NORTE	10	15	0	25	R\$ 22.825,37	R\$ 22.825,37	
	Total do Lote	61	93	49	203	R\$ 157.795,73	R\$ 157.795,73	

LOTE 17 - REGIÃO DE TURIAÇU								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turmo	Valor 2º Turmo	Valor Total
39	TURIAÇU	10	34	16	60	R\$ 30.588,36	R\$ 30.588,36	R\$ 310.818,68
55	CARUTAPERA CARUTAPERA/LUIS DOMINGUES LUÍS DOMINGUES	13	13	6	32	R\$ 23.927,64	R\$ 23.927,64	
64	AMAPÁ DO MARANHÃO CÂNDIDO MENDES GODOFREDO VIANA	11	24	11	46	R\$ 25.327,93	R\$ 25.327,93	
80	NOVA OLINDA DO MARANHÃO PRESIDENTE MÉDICI SANTA LUZIA DO PARUÁ	10	23	11	44	R\$ 26.109,60	R\$ 26.109,60	
	BOA VISTA DO GURUPI					R\$	R\$	

100	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	13	13	10	36	23.418,46	23.418,46	
	JUNCO DO MARANHÃO							
	MARACAÇUMÉ							
101	CENTRO DO GUILHERME	12	12	12	36	R\$ 26.037,35	R\$ 26.037,35	
	GOVERNADOR NUNES FREIRE							
	MARANHÃOZINHO							
	Total do Lote	69	119	66	254	R\$ 155.409,34	R\$ 155.409,34	

LOTE 18 - REGIÃO DE PINHEIRO								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
14	CURURUPU	8	5	13	26	R\$ 23.094,52	R\$ 23.094,52	R\$ 369.538,62
30	CEDRAL	16	24	0	40	R\$ 29.344,12	R\$ 29.344,12	
	CENTRAL DO MARANHÃO							
	GUIMARÃES							
	MIRINZAL							
	PORTO RICO DO MARANHÃO							
37	PINHEIRO	12	12	4	28	R\$ 24.636,27	R\$ 24.636,27	
83	SANTA HELENA	22	31	0	53	R\$ 33.316,63	R\$ 33.316,63	
	TURILÂNDIA							
106	PEDRO DO ROSÁRIO	14	14	17	45	R\$ 34.160,81	R\$ 34.160,81	
	PRESIDENTE SARNEY							
107	APICUM-AÇU	25	25	25	75	R\$ 40.216,96	R\$ 40.216,96	
	BACURI							
	SERRANO DO MARANHÃO							
	Total do Lote	97	111	59	267	R\$ 184.769,31	R\$ 184.769,31	

LOTE 19 - REGIÃO DE SÃO BENTO								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
38	BACURITUBA	13	14	19	46	R\$ 29.171,35	R\$ 29.171,35	R\$ 298.215,96
	PALMEIRÂNDIA							
	SÃO BENTO							
45	PENALVA	9	9	15	33	R\$ 21.262,10	R\$ 21.262,10	
52	ALCÂNTARA	13	13	3	29	R\$ 25.167,14	R\$ 25.167,14	
63	CAJAPIÓ	13	13	13	39	R\$ 27.944,62	R\$ 27.944,62	
	SÃO JOÃO BATISTA							
	SÃO VICENTE FERRER							
86	MATINHA	14	14	14	42	R\$ 27.642,31	R\$ 27.642,31	
	OLINDA NOVA DO MARANHÃO							
111	BEQUIMÃO	3	7	22	32	R\$ 17.920,46	R\$ 17.920,46	
	PERI MIRIM							
	Total do Lote	65	70	86	221	R\$ 149.107,98	R\$ 149.107,98	

	TOTAL (1º Turno)			R\$ 3.194.328,56					
	TOTAL (2º Turno)			R\$ 3.194.328,56					
	TOTAL GERAL (1º e 2º Turnos)			R\$ 6.388.657,12					

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas serão aplicadas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, em caso de inexecuções parciais de baixo potencial lesivo, assim entendidas como aquelas que não comprometam a execução do objeto.

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 11.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 11.1, bem como pela prática de condutas sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar (subitem 11.2.2.) que, pela extensão dos danos, justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4. **Multa**:

11.2.4.1. **Multa compensatória de 10% a 20%** sobre o valor total correspondente à Zona Eleitoral em que se deu a ocorrência, nos descumprimentos e inexecuções parciais, desde que não configurem a hipótese prevista na alínea “b” do subitem 11.1. São exemplos desse tipo de conduta típica:

- a) Retardar o início da entrega das urnas e materiais por mais de 30 (trinta) minutos e até 4 (quatro) horas do horário previsto;
- b) Retardar o início do recolhimento das urnas e materiais por mais de 15 (quinze) minutos e até 2 (duas) horas do horário previsto;
- c) Fornecer fora do prazo a listagem contendo especificação dos veículos e dados dos motoristas;
- d) Transportar pessoa alheia ao processo eleitoral durante a execução dos roteiros de distribuição e recolhimento;
- e) Transportar urnas e materiais em veículo impróprio com cabina ou caçamba descoberta;
- f) Apresentar veículo diferente do informado na relação apresentada ao cartório;
- g) Executar rota de distribuição e recolhimento em desconformidade com o que foi contratado e acordado com a fiscalização do contrato;
- h) Indicar preposto ou encarregado após a data prevista, até o limite de 10 (dez) dias;
- i) Indicar preposto ou encarregado de fachada e sem autonomia gerencial;
- j) Deixar de comparecer à reunião agendada pelo juiz eleitoral, sem a devida justificativa ao fiscal do contrato;
- k) Deixar de cumprir orientações repassadas pelo cartório eleitoral acerca da metodologia de trabalho a ser adotada na execução da tarefa;
- l) Deixar de atender os prazos estipulados no contrato.
- m) Deixar de entregar a documentação exigida para pagamento.

11.2.4.2. **Multa compensatória de 21 % a 30%** sobre o valor total correspondente à Zona Eleitoral em que se deu a ocorrência, nas hipóteses sujeitas às sanções de impedimento de licitar e contratar (subitem 11.2.2) e declaração de inidoneidade (subitem 11.2.3) e nas hipóteses de inexecução total do objeto. Constituem exemplos de inexecução total:

- a) Não executar o objeto do contrato;
- b) Retardar o início da entrega das urnas e materiais por mais de 4 (quatro) horas do horário previsto;
- c) Retardar o início do recolhimento das urnas e materiais por mais de 2 (duas) horas do horário previsto;
- d) Deixar de indicar preposto, caracterizando tal fato o atraso superior a 10 (dez) dias da data prevista no item 3.7;
- e) Deixar de fornecer a listagem contendo especificação dos veículos e condutores;
- f) Causar dano ou desaparecimento de urna eletrônica;
- g) Entregar as urnas e materiais em local incorreto.
- h) Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico ou lesão corporal a outrem

11.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo

Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou cobrada judicialmente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 Os recursos para atender a esta licitação constam nas Propostas Orçamentárias de Pleitos Eleitorais nas seguintes dotações orçamentárias: Pleitos Eleitorais, PLANO INTERNO TRANSPORTE DE URNAS ELETRONICAS 1º e 2º TURNO; NATUREZA DA DESPESA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA.

13. ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO

13.1 Os serviços objeto desta contratação têm como fato gerador a prestação de serviços de transporte intermunicipal e intramunicipal.

13.2 Quando o serviço for realizado na órbita de apenas um município, nesse caso intramunicipal, é fato gerador de ISS, conforme consta na lista anexa da LC 116/2003, item 16, subitem 16.02.

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016\).](#)

13.3 Quanto ao local da prestação dos serviços de transporte intramunicipal, considera-se prestado no local onde o serviço é executado, conforme exceção estabelecida no art. 3º, XIX, do referido diploma legal.

Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016\)](#)

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016\).](#)

13.4 A base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota mínima de 2% e máxima de 5%, conforme art. 8º e 8ª-A da LC 116/2003.

Art. 8º-A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento). [\(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016\)](#)

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016\)](#)

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016\)](#)

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016\).](#)

13.5 O fato gerador do serviço de transporte intramunicipal, tributado pelo ISS, ocorrerá na demanda das **Zonas Eleitorais que abrange só um município**, pois as rotas de distribuição e recolhimento serão executadas dentro da circunscrição municipal, conforme planilha abaixo:

Lote	Zonas
1	01ª São Luis / 2ª São Luis / 3ª São Luis / 10ª São Luis / 76ª São Luis / 89ª São Luis
2	47ª São José de Ribamar
3	56ª Barrerinhas
4	25ª Buriti
5	05ª Caxias / 19ª Timon / 36ª Panarama / 81ª Matões
6	84ª São Mateus
7	27ª Arari / 41ª Vitoria do Mearim, 16ª Itapecuru-Mirim
8	
9	13ª Bacabal
10	57ª Santa Inês
11	71ª Açailandia / 104ª Arame
12	23ª Barra do Corda
13	33ª Imperatriz
14	
15	22ª Balsas / 26ª Carolina
16	
17	39ª Turiaçu
18	14ª Cururupu / 37ª Pinheiro
19	45ª Penalva / 52ª Alcântara

13.6 Para as **Zonas Eleitorais que abrangem mais de um município** cujo o transporte tem natureza intermunicipal o licitante será tributado pelo ICMS, conforme planilha abaixo.

Lote	Zonas
1	
2	18ª Rosário / 31ª Icatu / 93ª Paço do Lumiar / 110ª Morros
3	12ª Araiões / 32ª Humberto de Campos / 40ª Tutóia / 51ª São Bernardo
4	24ª Brejo / 42ª Chapadinha / 50ª Vargem Grande / 73ª Urbano Santos
5	05ª Caxias / 06ª Caxias
6	07ª Codó / 08ª Coroatá / 28ª Coelho Neto / 68ª Cantanhede
7	109ª Itapecuru-Mirim / 20ª Viana
8	09ª Pedreira / 61ª Esperantinópolis / 67ª Pedreira / 74ª Lago da Pedra / 102ª Paulo Ramos
9	35ª São Luis Gonzaga do Maranhão / 49ª Vitorino Freira / 66ª Bacabal / 87ª Olho D`agua das Cunhas
10	43ª Pindaré Mirim / 77ª Santa Inês / 78ª Bom Jardim / 96ª Zé Doca
11	70ª Santa Luzia / 95ª Buriticupu / 98ª Açailândia
12	15ª Grajaú / 46ª Porto Franco / 82ª Estreito / 97ª Barra do Corda / 99ª Amarante do Maranhão
13	58ª João Lisboa / 65ª Imperatriz / 92ª Imperatriz / 103ª Montes Altos
14	48ª Dom Pedro / 54ª Presidente Dutra / 60ª São Domingos do Maranhão / 69ª Santo Antônio do Lopes / 79ª Tuntum / 108ª Governador Eugênio Barros
15	11ª Alto Parnaíba / 34ª São Raimundo das Mangabeiras / 62ª Loreto / 75ª Riachão / 105ª Balsas
16	17ª Pastos Bons / 21ª Barão de Grajaú / 29ª Colinas / 44ª Passagem Franca / 53ª São João dos Pastos / 72ª Mirador
17	55ª Carutapera / 64ª Cândido Mendes / 80ª Santa Luzia do Paruá / 100ª Maracaçumé / 101ª Governador Nunes Freire
18	30ª Guimarães / 83ª Santa Helena / 106ª Pinheiro / 107ª Bacuri
19	38ª São Bento / 63ª São João Batista / 86ª Matinha / 111ª Bequimão

13.7 O serviço de transporte intermunicipal é fato gerador do ICMS, conforme art. 155, II, da CF/1988, descabendo assim a tributação do ISS.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\)](#)
...
II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993\)](#).

13.8 O Decreto 19.714/2003, atualizado pela Resolução administrativa 19/2019, que institui o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS também enuncia o fato gerador da obrigação tributária no seu artigo 1, inciso II:

Art. 1º O imposto incide sobre:
...
II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

13.9 Nesse caso a base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota o percentual de 18%, conforme art. 28, inciso III, b do RICMS.

13.10 Quanto ao local de prestação do serviço de transporte intermunicipal, conforme art. 30, inciso II, a, o local é onde tenha se iniciado a prestação do serviço. Em nosso caso específico, as sedes de Zona Eleitoral, em regra.

14. OBJETIVO ESTRATÉGICO E PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

14.1 A referida aquisição está em consonância com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão 2021-2026, relacionado ao Objetivo Estratégico “Realizar eleições céleres, seguras e transparentes”.

14.2 Está prevista no Plano Anual de Contratações - PAC, exercício de 2026, conforme Portaria 773/2025- TRE/MA.

15 - VIGÊNCIA DO CONTRATO E REAJUSTE

15.1. O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

15.2. O índice de reajuste a ser aplicado, na forma da lei e do contrato, será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

16. DOS ANEXOS

16.1 Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes Anexos:

a) Anexo I - Lotes da Licitação;

b) Anexo II - Rotas de distribuição e recolhimento;

c) Anexo III - Resumo das rotas de distribuição e recolhimento POR ZONA ELEITORAL;

d) Anexo IV - Resumo das rotas de distribuição e recolhimento POR LOTE;

e) Anexo V - Relação de endereços das Zonas Eleitorais em todo o Estado, onde serão prestados os serviços pela CONTRATADA;

f) Anexo VI - Relação dos Locais de Votação;

f) Anexo VII - Modelo Proposta de Preços..

São Luís (MA), 19 de maio de 2026.

Edson Luis Santana de Macedo
Processo Logística de Urnas e Suprimentos
Seção de Administração de Mídias e Depósito de Urnas



Documento assinado eletronicamente por **EDSON LUIS SANTANA DE MACEDO, Chefe de Seção**, em 20/05/2026, às 11:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2771521** e o código CRC **43178351**.

0006108-37.2026.6.27.8000|2771521v4|